

## **ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM VINTE E SETE DE JUNHO DE DOIS MIL E OITO**

-----Aos vinte e sete dias do mês de Junho do ano de dois mil e oito, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sob a presidência de Raul Cunha, em substituição do Presidente da Assembleia, Laurentino Dias, o Primeiro Secretário – Maria de Fátima P. Oliveira Caldeira e o Segundo Secretário – Manuel Cunha. Verificada a existência de quórum, foi declarada aberta a sessão pelo Senhor Presidente da Mesa quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

Seguidamente, foram anunciados os pedidos de suspensão de mandato, por um período de cento e oitenta dias, Ana Catarina Marques Marinho Lopes, eleita pelo Bloco de Esquerda, por um período de trinta dias, Luciano Sampaio Magalhães, Pompeu Miguel Noval da Rocha Martins, Manuel Fernandes Cunha, José Pedro Soares Coelho Ribeiro, Olinda Joaquina Teixeira Alves, Isabel Maria de Oliveira Ferreira, João Manuel de Oliveira Vieira Mendes, Viviana Marta Freitas Ferreira e João Pedro Fonseca e Silva Magalhães Meireles, eleitos pelo Partido Socialista e Joaquim Magalhães, eleito pela Coligação Democrática Unitária e, por um período de quinze dias, José Manuel Ribeiro Baptista, eleito pelo Partido Social Democrata. Colocados a votação, foram aprovados, por unanimidade. Pediram, ainda, a substituição o Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos e de Serafão, pelo Tesoureiro e Secretário, respectivamente. Tomaram assento na Assembleia os respectivos substitutos, após a assinatura do livro de presenças, registando-se a presença de setenta e um membros. -----

-----De seguida, o Presidente da Mesa procedeu à leitura do expediente da Assembleia que ficou à disposição dos elementos da Assembleia Municipal para que, querendo, o consultassem. -----

-----Deu-se início ao período de Antes da Ordem do Dia. -----

-----Pelo Presidente da Mesa em exercício foi comunicado que se iria colocar a votação a inclusão de uma proposta na ordem de trabalhos, apresentada pela Câmara, relativa à Discussão Pública do Projecto de

Adaptação do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas ao Novo Regime Jurídico de Urbanização e Edificação. -----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para esclarecer que se tratava de uma alteração ao regulamento no sentido de o adaptar à lei em vigor, explicando as respectivas alterações. Informou também que a referida alteração ao regulamento esteve em discussão pública, durante trinta dias e que não tinha havido qualquer manifestação.-----

-----Como ninguém se pronunciou, foi colocado à votação, sendo aprovada, por unanimidade.-----

-----Seguidamente, o **Presidente da Mesa** em exercício deu conhecimento da existência de uma Moção e de duas propostas de congratulação. Neste seguimento, procedeu à leitura da Moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária relativa ao projecto de revisão do Código de Trabalho, assinado pelo Governo, Confederações Patronais e Central Sindical União Geral de Trabalhadores (UGT). A Moção referencia o facto do projecto de revisão representar uma violenta ofensiva, jamais lançada em democracia, contra os legítimos direitos dos trabalhadores e das organizações da classe, identificando alguns dos fins que visava, nomeadamente, o isolamento e desprotegimento do trabalhador, eternização dos contratos de trabalho, flexibilização dos horários de trabalho que poderão ir até às sessenta ou sessenta e cinco horas semanais, imposição da mobilidade funcional e geográfica, permissão à entidade patronal da discriminação com base no sexo, estado civil, situação familiar, nacionalidade, origem étnica, convicção política ou religiosa.-----

-----Nesses termos, propuseram que a Assembleia Municipal de Fafe expressasse a rejeição ao aludido projecto que visa inverter os princípios básicos do direito do trabalho; que manifestasse o mais vivo protesto por o projecto, para além de constituir um atentado contra os trabalhadores, representar no seu todo um grave retrocesso civilizacional, e por fim, que a moção fosse enviada ao Senhor Primeiro-Ministro e ao Senhor Ministro do Trabalho, com conhecimento ao Senhor Presidente da República e a todos os Grupos Parlamentares, e que dela se desse conhecimento aos órgãos de comunicação social regional e nacional.-----

-----Colocada a discussão, tomou a palavra **Pedro Valente**, eleito pelo Partido Socialista (PS), para dizer que a Coligação Democrática Unitária (CDU), através da presente Moção, tentava transportar para a Assembleia dados e interesses da intersindical que muitas vezes tentava representar e com quem tinha forte ligação. Disse, ainda, que a revisão ao Código do Trabalho visava a evolução, face à modernidade actual e ao conceito de globalização com o qual todos tinham como desafio. Quanto aos princípios enumerados, afirmou que eram uma interpretação de quem não queria mudar, de quem não queria que o país evoluísse.-----

-----Afirmou, também que na revisão do Código do Trabalho tinha havido uma preocupação ao nível dos direitos dos trabalhadores, na redução e periodicidade dos recibos verdes, num conjunto de discriminações e de questões que não estavam devidamente referenciadas.-----

-----Finalizou a sua intervenção, afirmando que era necessário alterar o Código de Trabalho e que essa alteração tinha sido discutida com todos os parceiros, à excepção da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN), que não quis entrar nas negociações, salientando que o PS não concordava com o documento apresentado.-----

-----Seguidamente, interveio **Pedro Frazão**, eleito pelo Partido Social Democrata (PSD), afirmando que, perante a Moção apresentada, o PSD tinha a obrigação de comunicar a sua opinião, salientando que não seria surpresa a sua intenção de voto. Afirmou ainda que reconhecia a coerência demonstrada pela CDU no exercício da sua actividade política.-----

-----Quanto ao PS, recordou o “combate” que tinha havido na Assembleia da República, aquando da aprovação da legislação laboral, apresentada pelo então Senhor Ministro Bagão Félix, liderado pelo actual Ministro do Trabalho que, ao arrepio de tudo o que tinha defendido nesse dia, apresentou a proposta de legislação laboral mencionada na Moção em debate. Concluiu fazendo o registo da coerência da CDU e a incoerência do PS.-----

-----De seguida, usou da palavra **Leonor Castro**, não se mostrando surpreendida com a posição do PSD. Afirmou, também, que a CDU mostrava coerência, não nas ideias retrógradadas, mas na defesa de princípios que considerava insubstituíveis e inabaláveis como os direitos dos trabalhadores.---

-----Disse ainda que a atitude da CDU não era uma atitude de quem queria fazer representar a CGTP-IN, mas sim estava muito próximo, uma vez que a CDU sempre esteve próxima dos trabalhadores na defesa dos seus direitos.----

-----Quanto à posição do PS, lembrou que, no mandato anterior, numa moção relativa ao mesmo assunto, o PS tinha votado favoravelmente.-----

-----Por fim, afirmou que o PS era muito perigoso uma vez que, enquanto oposição dizia uma coisa e quando chegava ao Governo não tinha qualquer tipo de escrúpulo em desdizer, em contradizer e atirar para trás das costas aquilo que tinham sido princípios, defesas e promessas.-----

-----Disse ainda que essa atitude do PS ia de encontro com aquilo que tinha sido a atitude do Partido quer a nível nacional quer a nível local.-----

-----Seguidamente interveio **Albino Costa**, eleito pelo PS, para referenciar a coerência imóvel e que jamais seriam parceiros sociais.-----

-----Quanto à moção que aprovaram no passado relativa à matéria em discussão afirmou que votariam novamente a favor, aliás como as posições do PS a nível nacional que tinham sido de rejeição àquele pacote de medidas laborais, no entanto, e referindo-se à alteração em discussão, afirmou que o PS tinha efectuado algumas alterações na medida daquilo que deveria ser alterado, dando o exemplo de algumas dessas alterações.-----

-----Abordou, ainda, a questão das negociações, afirmando que não tinha havido negociação colectiva numa série de sectores porque não podia haver uma vez que a legislação não permitia. -----

-----Finalizou, lamentando que, mesmo não concordando com a alteração à legislação laboral no seu todo, a CDU não tenha admitido que algumas das medidas estivessem correctas.-----

-----De seguida, tomou a palavra **Leonor Castro** para referenciar que a questão dos recibos verdes era falaciosa, uma vez que o Governo não terminava com os recibos verdes, apenas aplicava penalizações sobre quem os praticava, não impedindo que continuasse a contratação com esse sistema de pagamento.-----

-----Posteriormente usou da palavra **Pedro Frazão** para reforçar a incapacidade que o PS tinha em rebater os argumentos do PSD na matéria em discussão.-----

----- De seguida, interveio **Pedro Valente** para reafirmar que tinham sido efectuadas alterações significativas à proposta de alteração à legislação laboral apresentada por Doutor Bagão Félix, alegando que o PSD não elencava qualquer uma dessas alterações, tentando, apenas, fazer política simples para ouvido. -----

-----Seguidamente retomou a palavra **Pedro Frazão** para reforçar a coerência do PSD na matéria e salientar a dificuldade do PS em justificar o injustificável. -----

-----De seguida, interveio **Belarmino Costa** para, relativamente à matéria em discussão, lembrar a seriedade da questão dizendo que a questão não deveria ser achincalhada. Salientou algumas situações, nomeadamente, a questão dos parceiros sociais que nesta matéria jogavam a favor dos interesses que cada um tinha nas respectivas situações; questões de inaptidão e dos recibos verdes e a questão dos contratos a prazo. -----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo **rejeitada, por maioria, com sete votos a favor e oito abstenções.** -----

-----De seguida, o Presidente da Assembleia procedeu à leitura de uma Proposta de Congratulação, subscrita pelos Grupos Partidários com assento na Assembleia Municipal, aos atletas fafenses Luís Miguel Vieira Mendes Nunes e Nuno André Abreu Silva, pela conquista do Campeonato Nacional nos Play Off da Liga Portuguesa de Andebol, atendendo à sua naturalidade Fafense e respectiva formação desportiva nos escalões de formação da Associação Desportiva de Fafe e do Andebol Clube de Fafe, sendo, também, recomendado à Câmara a inclusão dos supra referidos atletas em futuras distinções municipais. -----

-----Como ninguém quis intervir, foi colocada a votação, sendo **aprovada, por unanimidade.** -----

-----Seguidamente, o Presidente da Assembleia procedeu à leitura de uma Proposta de Congratulação e felicitações à Associação Desportiva de Fafe pelo quinquagésimo aniversário e pela intensa actividade desenvolvida em prol do desporto no concelho de Fafe, durante a sua existência. -----

-----Como ninguém quis intervir, foi colocada a votação, sendo **aprovada, por unanimidade.** -----

-----Não havendo mais propostas para apreciar, entrou-se no Período de intervenções.-----

-----Foi dada a palavra a **Humberto Castro**, eleito pelo PSD para, relativamente à reunificação administrativa dos Centros de Saúde, perguntar se a sua localização iria ser mesmo em Cabeceiras de Basto e se teria apenas o valor de um código postal conforme afirmações efectuadas pelo Secretário de Saúde.. -----

-----Lembrou, ainda, a promessa efectuada pelo então Ministro do Ambiente e actual Primeiro-ministro, aquando do jantar de aniversário da Associação Desportiva de Fafe, relativa ao empenho manifestado na requalificação do Parque Municipal de Desportos, afirmando que esperava que o Presidente da Câmara também se empenhasse nessa questão. -----

-----Questionou, ainda, o Presidente da Câmara se estava prevista a construção de um campo de ténis no Parque da Cidade e se era sensível a essa temática, nomeadamente, às escolas de ténis que angariam cada vez mais adeptos. -----

-----Perguntou, novamente, sobre o paradeiro do painel de azulejos do Mestre Júlio Resende, que se encontravam no Centro de Saúde e tinham sido desmantelados. -----

-----Finalizou alertando para a situação do novo Hospital, nomeadamente, que não se deveria “baixar as guardas”. -----

-----Seguidamente, interveio **Orlando Leite**, eleito pelo Centro Democrático e Social/Partido Popular (CDS/PP), que iniciou a sua intervenção questionando o Presidente da Câmara sobre a posição tornada pública nos jornais locais, relativamente à pretensão do executivo em aumentar alguns impostos municipais, nomeadamente no que concernia à recolha e tratamento de lixo, fornecimento de água e saneamento. Disse ainda que não lhes parecia nem podiam entender que o orçamento de um município tivesse por base um critério de intuito lucrativo. Defendeu ainda que, se a recolha e tratamento do lixo, fornecimento de água e saneamento não faziam parte do leque de preocupações essenciais de uma autarquia, então não poderiam considerar como opções essenciais a construção de parques de estacionamento, a aquisição de palacetes ou outras obras do género. -----

-----Afirmou, também que não lhes parecia adequada a utilização quase sistemática da política do facto consumado. -----

-----Alertou para a tomada de decisões com um envolvimento financeiro avultado e responsabilidades para um horizonte temporal significativo, para posteriormente, verificada a inexistência de alternativas, recorrerem ao crédito, sob pena de nada se fazer ou as obras ficarem inacabadas. -----

-----Nestes termos, afirmou que seria mais correcto e adequado ponderar melhor algumas aquisições bem como os investimentos, sob pena de, qualquer dia, não serem possíveis mais engenharias financeiras e a gestão camarária andar continuamente à busca de receitas para fazer face aos compromissos assumidos pelos executivos anteriores. -----

-----Terminou a sua intervenção colocando algumas questões, nomeadamente, para quando estaria prevista a colocação e entrada em funcionamento do elevador do Jardim do Calvário; para quando estaria prevista a conclusão das obras de beneficiação dos Paços do Concelho e se tinha sido pedida alguma informação prévia acerca daquilo que a Câmara poderia licenciar no espaço do Royal Center. -----

-----De seguida, tomou a palavra **Leonor Castro**, eleita pela CDU, que iniciou a sua intervenção expressando a congratulação da CDU pelo resultado do Referendo da Irlanda sobre o Tratado de Lisboa, mais concretamente, pela rejeição do povo irlandês ao Tratado que veio exigir o fim do processo de ratificação na União Europeia e que seria, segundo as normas inscritas nos Tratados Comunitários, o seu “enterro”. -----

-----Lamentou que as instituições da União Europeia tenham ignorado os resultados do Referendo da Irlanda, e tenham continuado a insistir no prosseguimento dos processos de ratificação, tentando criar condições para isolar, pressionar e chantagear o povo irlandês pela vitória do “não”. -----

-----Afirmou também que estava convicta que, se mais povos se tivessem pronunciado através de referendo, mais “*Nãos*” haveria. -----

-----Falando sobre Educação, salientou que a legislação referente à transferência de competências para as autarquias locais na área da educação a par do regime jurídico sobre a autonomia e gestão escolar, constituíam uma nova fase do processo de desresponsabilização do Estado e de ataque à

autonomia e ao sistema público de ensino, articulada com as linhas de ataque à autonomia e transferência de encargos para o poder local. -----

-----Sobre o referido processo teceu alguns considerandos, nomeadamente o facto da referida legislação ainda se encontrar por publicar; a necessidade de negociação sindical, que se encontrava por efectuar, no que tocava ao processo de transferência de trabalhadores não docentes; a ausência de resposta ao conjunto de questões colocadas pelos municípios sobre as condições de concretização nas diversas áreas e a prioridade que deveria ser dada ao processo de consolidação do Primeiro Ciclo. -----

-----Questionou também a Autarquia sobre o procedimento que iria ter na área da educação, mais concretamente, no que respeitava à contratualização no ano lectivo que se avizinhava, especialmente no que tocava às Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC), domínio onde julgavam que, no momento, deveria ser a maior intervenção da Autarquia. -----

-----Finalizou a sua intervenção alertando para a insegurança da Escola Secundária, uma vez que, com a entrada em funcionamento da nova escola, a actual secundária não estava estruturalmente preparada para receber, com segurança, os alunos de fchas etárias inferiores que iriam ser transferidos da Escola Prof. Carlos Teixeira. -----

-----De seguida interveio **Jorge Adélio Costa**, eleito pelo PSD, que abordou questões de carácter ambiental. Começou por informar que simultaneamente à hora da presente sessão da Assembleia Municipal, estava a decorrer uma conferência/debate sobre o tema “Ambiente que soluções”, realizada pela Juventude Social Democrática (JSD), que tinha o objectivo de despertar consciências relativamente à utilização de Energias Renováveis e todos os impactos ambientais subjacentes a essa temática. -----

-----Seguidamente, enumerou os vários assuntos que iriam ser abordados, afirmando que desse tema iriam surgir várias ideias importante e pertinentes para o desenvolvimento sustentado do concelho, daí estar a partilhar com a Assembleia. -----

-----Salientou a importância da energia como um bem essencial à vida, ao desenvolvimento e bem-estar das populações e fez a distinção entre Poupança Energética e Renovação de Energia, afirmando que a primeira se prendia com



redução de emissão de gases responsáveis pelo efeito de estufa ou a redução da utilização de energia fóssil, e a segunda com as formas de transformação e reaproveitamento de energia, ou seja, a geração de electricidade a partir de fontes renováveis. -----

-----Afirmou, ainda que Fafe deveria assumir uma posição exemplar relativamente aos desafios colocados pelas alterações climáticas e pelo abastecimento de energia segura, sustentável e competitiva. -----

-----Defendeu a criação conjunta e participada de um Plano Municipal de Energia onde se calendarizasse uma intervenção e, paulatinamente, se introduzisse na sociedade fafense um conjunto de boas práticas que, de forma incontornável, cada vez mais fariam parte do nosso futuro. -----

-----Focou o exemplo da Presidência da República que, através da adopção de sistemas de energias renováveis e com melhorias na eficiência energética, pretenderam diminuir a emissão de Dióxido de carbono (CO2) lançado na atmosfera em trinta por cento e a factura energética em quarenta. -----

-----No que respeitava ao sector privado e com ampla participação do sector público, propôs que se ponderasse a atribuição de incentivos à construção de edifícios com eficiência energética, designadamente, incentivos no licenciamento. -----

-----Referiu que o objectivo da abordagem deste tema era desafiar a sociedade civil para a temática e para as preocupações que daí advinham, num espírito de cooperação e de sugestão, que para além de um direito era também um dever de um deputado municipal. Disse ainda que era essencial que os fafenses estivessem atentos às vantagens que as Energias Renováveis poderiam oferecer e que os organismos responsáveis tivessem um comprometimento activo nesta temática. -----

-----Por fim, apelou ao sentido de responsabilidade ambiental, a bem de Fafe, do ambiente e de um futuro sustentado. -----

-----Terminou a sua intervenção questionando o Presidente da Câmara sobre quem seria responsabilizado pelas correcções /alterações efectuadas na Rua Cidade Guimarães e quem iria assumir o respectivo custo. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra **Alexandre Peixoto**, eleito pela CDU para colocar algumas questões ao Presidente da Câmara, mais concretamente,

se tinha sido pedido o relatório ao Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), solicitado na sessão da Assembleia realizada em Fevereiro, e se existia algum programa de ocupação de tempos livres para os jovens, salientando que a Câmara deveria fazer mais relativamente a iniciativas culturais para jovens. -----

-----Por fim, aconselhou mais cuidado à Câmara na realização de algumas actividades, no sentido de não se repetir o que tinha acontecido no evento das marchas populares com os idosos, que foi efectuado numa tarde de calor intenso. -----

-----Terminada a sua intervenção, usou da palavra **Miguel Summavielle** que relembrou com alguma tristeza que os membros eleitos para representarem a Assembleia Municipal em várias Comissões ainda não tinham apresentado os relatórios solicitados através de deliberação tomada pela respectiva Assembleia Municipal. -----

-----Sobre o edifício onde estava instalado o Museu da Imprensa e atendendo a que os valores apresentados na hasta pública tinham sido inferiores ao valor pedido pela Câmara, questionou a Câmara se iria voltar a colocar à venda o referido edifício e se, em função do valor oferecido, que seria o valor real de mercado, se o Presidente da Câmara mantinha a opinião de que o valor de aquisição do edifício do ex-Grémio tinha sido um bom valor de aquisição. -----

-----Perguntou, também se tinha alguma ideia da utilização que a Câmara iria dar ao edifício do Ex-Grémio. -----

-----Atendendo ao facto da cidade de Fafe ter sido nomeada com Medalha de Prata da Mobilidade, afirmou que lhe custava verificar a existência de uma rampa de acesso a deficientes que tinha um degrau a impedir a sua utilização, junto ao Jardim do Calvário. -----

-----Alertou para a inexistência de passeios na circular, no acesso ao “Feira Nova” e “Modelo”, bem como na Rua Cidade de Guimarães, junto à “Mavamat”, salientando que nessa Rua não havia a ligação à zona urbana. -----

-----Agradeceu o envio das Contas da Naturfafe, ficando a aguardar as Contas das Águas do Ave, SA. -----

-----Sobre as Contas da Naturfafe afirmou que a empresa não tinha performance de acordo com o espectável.-----

-----Tomou a palavra o Presidente da Mesa em exercício para lembrar Miguel Summavielle que o assunto relativo às Contas da Naturfafe estava agendado no ponto dois ponto um da ordem do dia.-----

-----Neste sentido, Miguel Summavielle deu como encerrada a sua intervenção.-----

-----Seguidamente, foi dada a palavra a **Ricardo Antunes**, eleito pela CDU, que iniciou a sua intervenção salientando que a fusão do Serviço de Ortopedia do Hospital de Fafe e do Centro Hospitalar de Guimarães era uma realidade. Disse, também, que estavam preocupados com a futura fusão dos vários Serviços uma vez que esta iria provocar um esvaziamento do Hospital de Fafe e consequentemente a perda das suas valências mais importantes. Afirmou, ainda, se incorria na transformação do Hospital de Fafe num Hospital de retaguarda, com a conseqüente perda de efectivos, tendo em conta a relevância dos Serviços de Ortopedia pela elevada produtividade apresentada, substancialmente superior à apresentada ao Hospital de Guimarães, com listas de espera mais reduzidas.-----

-----Salientou ainda o desrespeito existente com o protocolo assinado pela Autarquia, bem como com o Regulamento Interno do Centro Hospitalar que previa a fusão do serviço, bem como a promessa, por parte do Conselho de Administração, de que esse serviço seria de continuar.-----

-----Afirmou ainda que o assunto em questão não era um aproveitamento político para a CDU e que, atendendo ao que se estava a passar, a insistência sobre esse assunto tinha algum motivo.-----

-----Salientou que o novo hospital iria ver-se desprovido dos seus mais importantes serviços, sendo apenas um hospital de ambulatório, de retaguarda, com um serviço básico de urgência, de internamento, mas sem cirurgia.-----

-----Terminou, dizendo que gostaria que a prenda do novo hospital estivesse relacionada com o facto de futuramente não haver tantas perdas.-----

-----Seguidamente, usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Regadas**, que comparando o Município a uma empresa, afirmou que nessa “empresa” havia accionistas que recebiam dividendos consideráveis, apesar da

sua pequenez, ao passo que outros nem viam a “cor” do dinheiro, perguntando se iriam continuar com este procedimento durante muito mais tempo. -----

-----Afirmou que Regadas tem visto o investimento da Câmara limitado em cerca de dez por cento. Nestes termos, perguntou até quando esse limite. Disse ainda que esperava que se investisse mais em Regadas, de acordo com o que a freguesia merecia. -----

-----De seguida, usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Aboim**, que se manifestou estupefacto pelo contentamento demonstrado por Leonor Castro relativo ao resultado do Referendo da Holanda. Afirmou que ficou triste com a CDU, salientando que não percebia que Europa queriam para Portugal, se era a velha Europa da União Soviética antes de ser desmantelada, ou se tinham outra solução melhor que o Tratado de Lisboa. -----

-----Relativamente às marchas dos idosos, afirmou que o horário tinha que ser cumprido e que aquando da marcação das marchas não se sabia o tempo que se iria fazer sentir. Terminou, felicitando a Câmara pela realização do evento. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra **Luís Duarte Leite**, eleito pela CDU, que fazendo referência às declarações efectuadas pelo Comandante dos Bombeiros Voluntários de Fafe à comunicação social, relativamente à inacessibilidade de alguns caminhos que, no passado, tinham sido utilizados no combate a incêndios. Nestes termos e atendendo a que o Município de Fafe tinha participado na elaboração de um Plano Municipal ao abrigo de um Plano Nacional de Prevenção, Estrutural e Defesa contra Incêndios, salientou que se pretendia que a Autarquia desenvolvesse medidas de carácter executivo e de programação operacional que compreenda todas as acções necessárias à defesa, prevenção e programação integrada das diferentes entidades envolvidas, entre as quais os Bombeiros. -----

-----Verificando-se que estando a Câmara envolvida na responsabilização pelo desenvolvimento estratégico de limpeza das áreas florestais, das zonas urbanas e industriais, perguntou ao Presidente da Câmara sobre o entendimento que tinha tirado das declarações supramencionadas, proferidas em Junho. -----

-----De seguida, interveio **Simão Freitas**, eleito pelo Bloco de Esquerda (BE), que iniciou a sua intervenção pedindo desculpas por não ter participado na última sessão da Assembleia, bem como nas comemorações do Vinte e Cinco de Abril e não se ter feito representar, afirmando que não tinha sido possível. -----

-----Sobre o Campo de Ténis existente, salientou a dificuldade em treinar durante todo o ano, uma vez que nos períodos de chuva não havia condição para treinarem. -----

-----Terminadas as intervenções, tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas: -----

- Sobre o Agrupamento dos Centros de Saúde, afirmou não partilhar da mesma opinião que o Senhor Secretário de Estado relativamente à afirmação de que a Sede do Agrupamento não seria mais do que um código postal, informando que se estavam a debater para que a sede ficasse em Fafe; -----

- Quanto ao Protocolo para a requalificação do Parque Municipal de Desportos disse que, como já tinha referenciado várias vezes, a seu tempo iriam cobrar o seu cumprimento; -----

- Relativamente aos campos de ténis, afirmou que no Parque da Cidade estavam previstos quatro campos e que acreditava que no Verão de dois mil e nove estariam prontos; -----

- Quanto ao desaparecimento do Painel de Azulejos do Centro de Saúde, afirmou que já tinha notícias sobre a sua localização, salientando que não lhe competia reclamar o referido painel mas ao Centro de Saúde, no entanto, iria tentar recuperá-lo. -----

- Sobre o Novo Hospital, informou que o Serviço de Ortopedia não ia acabar nem o Serviço de Medicina ia fechar. Afirmou que ia haver um novo hospital em Fafe, que o seu programa funcional já estava aprovado e que o hospital estaria pronto em dois mil e doze; -----

Afirmou, ainda que era recorrente a atitude da CDU em desconfiar ou querer ter razão antes do tempo. -----

- Quanto ao aumento dos impostos, disse que, no ano corrente a Assembleia Municipal iria discutir a tabela de taxas e tarifas, uma vez que os regulamentos tinham que ser alterados, mas afirmou que iriam respeitar o compromisso de

não aumentar os preços no mandato em curso, porém, atendendo à legislação que iria sair brevemente, obrigava a mexer nos preços da água, do saneamento e lixo. Referenciou que, se subsidiarem esse serviço, teriam que assumir claramente no Orçamento, tendo consciência de que isso os iria prejudicar relativamente aos fundos comunitários, uma vez que quanto mais baixos forem os preços, mais baixas seriam as participações; -----

- Relativamente ao elevador do Jardim do Calvário, afirmou que estavam com dificuldade na sua colocação, uma vez que a empresa responsável pela empreitada se encontrava em processo de falência. Nestes termos, explicou que a Câmara teria que substituir o empreiteiro para executar esse serviço. -----

- Quanto ao Royal Center, afirmou que não tinha conhecimento da existência de algum pedido de informação prévia. -----

- Sobre as AEC, informou que iriam acabar com os recibos verdes e que iriam passar a fazer contratações a termo. Disse ainda que estavam a dialogar com o Ministério no sentido de contratualizarem novas competências. Afirmou também que era da opinião de que a adopção de novas competências não desresponsabilizava o Governo, salientando que não podiam ser a favor da descentralização apenas quando convinha. -----

Quanto à Escola Secundária, afirmou que cabia ao Ministério fazer essa adaptação. -----

- Relativamente ao Plano Municipal de Energia, afirmou que acolhia as boas sugestões; -----

- No que concernia à Rotunda da Rua Cidade de Guimarães, explicou que de facto tinha havido um problema, responsabilidade da Câmara, mais concretamente de um técnico que já não trabalhava na Autarquia, e que era a Câmara quem iria suportar os custos do erro. -----

- Pediu desculpa por ainda não ter solicitado o relatório ao INEM, mas que o iria pedir. -----

- Quanto à ocupação de tempos livres, afirmou que nas Ruas existiam painéis com os anúncios de férias desportivas/ocupação de tempos livres e que havia um programa muito vasto sobre isso; -----

- Relativamente à marcha popular dos idosos, salientou a atenção do deputado à notícia publicada no Jornal de Notícias, lamentando que esse diário em vez

de destacar a parte positiva do desfile, tenha abordado o calor que se fez sentir. -----

-----Afirmou ainda que, mesmo apesar do calor que se fez sentir, os idosos participantes não reclamaram e no final do desfile continuaram com a diversão.

- Sobre o Palacete do Museu da Imprensa, disse que tinha havido uma segunda hasta pública e que os valores oferecidos na primeira tinham subido substancialmente. Informou também, que ainda não havia decisão sobre a adjudicação e que considerava a compra do Ex-Grémio boa. -----

- Quanto ao degrau que impedia o acesso à rampa existente no Jardim do Calvário, informou que iria ser corrigido, assim como os passeios da circular e da Rua Cidade Guimarães que também iriam ser executados. -----

- Sobre as declarações efectuadas pelo Comandante do Bombeiros Voluntários, explicou que muitos dos caminhos a que o Comandante se referiu não eram públicos. No entanto salientou que se o Comandante tivesse comunicado à Câmara, os privados seriam contactados no sentido de procederem à respectiva limpeza. -----

-----Pelo **Presidente da Mesa** em exercício foi perguntado se mais alguém pretendia usar da palavra antes de entrarem na Ordem do Dia. -----

-----Foi dada a palavra a palavra **Ricardo Antunes**, que corrigiu a parte da sua intervenção relativa à Ortopedia, mencionando que o Serviço, enquanto consulta, não acabava, mas o bloco operatório iria acabar. -----

-----Seguidamente, usou da palavra **Leonor Castro** para esclarecer a posição da CDU relativamente à Europa que defendiam, afirmando que defendiam uma Europa de respeito: de respeito pela soberania dos povos e não de exploração, de não rendição às grandes potencias que fomentavam a guerra e as injustiças e não a igualdade e a solidariedade. -----

-----Terminada a sua intervenção, interveio **Alexandre Peixoto** que pediu desculpa por não ter reparado nos painéis alusivos à ocupação de tempos livres. -----

-----Relativamente às marchas populares dos idosos, afirmou que a notícia também tinha sido publicada no Correio de Fafe, salientando que, na sua opinião, a marcha poderia ter sido efectuada noutra dia ou então na parte de manhã, quando as temperaturas eram inferiores. -----

-----Por fim, usou da palavra **Miguel Summavielle** para solicitar ao Presidente da Câmara que na sessão da Assembleia que se seguia levasse, para conhecimento, o programa funcional do novo hospital, para que ficassem mais descansados relativamente às competências que iriam existir. -----

-----Terminadas as intervenções, entrou-se no **Período da Ordem do Dia**.

-----**Ponto dois ponto um – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e Relatório e Contas da Naturfafa, CRL.** Tomou a palavra Miguel Summavielle, eleito pela CDU, que, dando seguimento à sua intervenção no período de antes da ordem do dia, onde iniciou a análise do Relatório e Contas da Naturfafa, CRL, questionou a Câmara sobre se de facto teria sido uma boa opção a constituição da cooperativa. Mencionou que pouco tinha sido feito relativamente à promoção cultural, desportiva e turística, salientando que isso não poderia ser por falta de dinheiro, uma vez que se estava a gastar o dobro do dinheiro gasto pela extinta Empresa Municipal de Turismo. -----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se ao **ponto dois ponto dois – Proposta da Câmara relativa à contratação de empréstimo de médio e longo prazo até ao limite de três milhões e quinhentos mil euros para financiamento complementar do projecto do Cine-Teatro.** -----

-----Tomou a palavra **Orlando Leite**, eleito pelo CDS, que iniciou a sua intervenção dizendo que a necessidade do empréstimo era evidente. Mencionou ainda que a aquisição do edifício não deveria ter sido efectuada nos moldes em que foi realizada, bem como o momento da recuperação que também não era o mais adequado. -----

-----Afirmou, ainda, que, atendendo ao actual período de “*vacas magras*”, o empréstimo não punha em causa o nível de endividamento da Autarquia, mas sim a realização de investimentos ao nível de necessidades básicas, mais concretamente, nas freguesias. -----

-----Terminou, dizendo que se iriam abster porque as suas prioridades eram outras. -----

-----Seguidamente, usou da palavra **Simão Freitas**, eleito pelo BE, para dizer que sempre tinham sido a favor da compra e requalificação do Cine-Teatro, logo não iriam votar contra o empréstimo. Porém fez referência ao valor



de endividamento previsto em orçamento, salientando que o empréstimo em discussão representava uma grande “fatia” do total previsto. Nesta sequência, questionou o Presidente da Câmara se isso não iria comprometer outros investimentos. -----

-----Perguntou, ainda, se não seria possível obter o valor em discussão através de outros meios que não o empréstimo. -----

-----De seguida, interveio **Miguel Summavielle** para dizer que a CDU se iria abster, chamando a atenção para o valor total do investimento (seis milhões de euros), afirmando que se preocupavam com o facto de se estar a prever recuperar um edifício sem salvaguardar um centímetro que fosse à volta do mesmo, sem fazer um plano que protegesse as construções contíguas de uma qualquer recuperação que prejudique, no futuro, o edifício. -----

-----Salientou que a área de intervenção do plano era exclusivamente a área do próprio edifício e a Câmara não tinha um plano de salvaguarda para o mesmo. -----

-----Fazendo referência à performance de Gestão da Naturfafa, disse que se o Cine-Teatro fosse gerido nos mesmos termos, isso iria representar uma séria dúvida. -----

-----Terminou a sua intervenção afirmando que para a CDU seria mais importante construir os passeios do que recuperar o Cine-Teatro nas condições em estava a ser efectuado, com um custo que representava no momento e no futuro, bem como o endividamento que representava para a própria Câmara.----

-----Seguidamente, tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para explicar que o Cine-Teatro era um imóvel classificado de interesse público, o que implicava que tinha uma área de protecção e qualquer edifício implantado nessa área estava sujeito a um conjunto de regras. -----

-----Lembrou ainda que, aquando da apresentação do plano plurianual, no presente mandato, os Senhores Deputados, no geral, se tinham congratulado pela promessa de recuperação do Cine-Teatro. -----

-----Explicou o processo do empréstimo, salientando que não tinham desistido da obtenção de apoios. -----

-----Referindo-se a uma necessidade primária que existia e teria que ser resolvida, afirmou que a sua resolução seria ultrapassada em muito, à custa dos fundos comunitários. -----

-----Terminou salientando que a contratação do empréstimo que estava a ser debatido, pelo valor em causa, só era possível porque o município tinha saúde financeira, caso contrário não o poderiam contrair. -----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocado a **votação, sendo aprovado, por maioria, com quinze abstenções.** -----

-----Passou-se ao **Ponto dois ponto três – Proposta da Câmara relativa à criação de uma Associação de Municípios do Ave, de fins múltiplos – Comunidade Intermunicipal, para o território da NUTS III AVE;** -----

-----Tomou a palavra o Presidente da Câmara para explicar a proposta apresentada, afirmando que a Assembleia Municipal teria que manifestar a sua intenção/disponibilidade para a criação da Comunidade Intermunicipal, explicando que sua criação teria que ser efectuada para que os municípios pudessem gerir fundos comunitários. -----

-----Não havendo intervenções, foi colocada a votação, **sendo aprovada, por maioria, com cinco abstenções.** -----

-----**Ponto dois ponto quatro – Proposta da Câmara relativa à cedência da Escola Primária do Paço, da Freguesia de Ardegão à Junta de Freguesia.** -----

-----Tomou a palavra **Leonor Castro**, eleita pela CDU, que, utilizando este ponto e relativamente a um ponto semelhante da sessão anterior em que tinham votado a cedência da escola primária à Junta de Freguesia de Antime, afirmou que depois de terem consultado a carta educativa, verificaram que de facto estava previsto que o jardim-de-infância se concentra-se num estabelecimento e o primeiro ciclo noutra. Afirmou ainda que, na última Assembleia Municipal tinham verificado que a escola estava desmantelada e verificando-se que existia uma alteração àquilo que vinha na carta educativa, perguntou se não deveriam ter sido elucidados sobre essa questão e se quando foi feita a votação não deveria ter havido da parte da Autarquia, um esclarecimento sobre esta questão, uma vez que estavam a votar uma coisa que não estava prevista na carta educativa. -----

-----Por fim, lembrou o Presidente da Câmara sobre a questão colocada sobre a segurança na Escola Secundária, uma vez que não tinha respondido.--

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas: -----

- Quanto à Escola, afirmou que, como já tinha referido, quem teria que fazer as obras de adaptação seria a Direcção Regional; -----

- Mencionou que acreditava que a nova escola iria ficar pronta no ano lectivo dois mil e nove/dois mil e dez; -----

- Relativamente à Carta Educativa, salientou que era um documento dinâmico susceptível de alterações como foi o caso, porque existia uma evolução regressiva de alunos, o que justificava que se fizessem ajustamentos, informando que haveria ainda outros casos; -----

- Quanto à manutenção dos edifícios existentes, afirmou que tinham alguma força para os manter, porém o mesmo não acontecia com as novas soluções que quisessem realizar, como o caso dos Centros Educativos, uma vez que estavam sujeitos à aprovação do Ministério; -----

-----Como mais ninguém quis intervir, foi colocada a votação, sendo **aprovada, por unanimidade.** -----

-----**Ponto dois ponto cinco – Proposta da Câmara relativa à constituição de sociedade comercial, de capitais minoritariamente públicos, para a concepção, construção, instalação e conservação de equipamentos de interesse municipal.** -----

-----Iniciou o período de intervenções **Orlando Leite**, eleito pelo CDS. Afirmou que não se recordava que, quer o PS quer o Presidente da Câmara fossem grandes entusiastas deste modelo, porém, à falta de outras alternativas, se tinha arranjado esta engenharia financeira de fazer agora e pagar depois, mas muito tempo depois. -----

-----Disse ainda que existia alguma premência relativamente aos equipamentos da feira e do mercado municipal, porém o mesmo não acontecia com os restantes equipamentos. -----

-----Salientou que esta opção financeira bem como estas opções de investimento tinham ajudado a perceber as questões levantadas anteriormente sobre o aumento dos impostos. -----

-----Mencionou também que tinham ficado sem saber quais poderiam ser as outras prioridades de investimento do executivo. Por outro lado, afirmou que seria mais adequado que, para além das obras, a proposta apresentada indicasse quais as empresas interessadas, a exemplo de procedimentos semelhantes de outras Autarquias. -----

-----Disse também que se preocupavam em como iria ser paga a factura durante os vinte e cinco anos seguintes e o reflexo desta opção na decisão dos investimentos necessários e futuros da Autarquia. -----

-----Terminou afirmando que, porque para eles as prioridades e as metodologias seriam outras, iriam votar contra. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra **Miguel Summavielle**, eleito pela CDU, que iniciou a sua intervenção referindo que lhe faltava o anexo oitavo com a valorização dos terrenos a desafectar do domínio público, salientando a importância dessa informação. -----

-----Relativamente aos dados que lhes foram presentes, afirmou que não tinha ficado devidamente esclarecido se a exploração iria ser privada ou pública-----.

-----Mencionou ainda que, para uma votação consciente, faltava perceber qual era o valor global do investimento, no sentido de saberem qual a factura para os vinte e cinco anos futuros e o reflexo que isso teria no desempenho do município. -----

-----Afirmou que a CDU iria votar contra, fundamentalmente porque entendiam que o Município precisaria de outro tipo de investimentos para além deste, nomeadamente, investimentos que dinamizassem as indústrias do concelho e o investimento externo no concelho de Fafe, sem se preocuparem tanto em fazer obras (este tipo de obras), mesmo que necessárias, não seriam prioritárias. -----

-----Seguidamente, interveio **Simão Freitas**, para dizer que se iriam abster, porque era difícil aperceberem-se do custo, demonstrando algumas preocupações, nomeadamente, a perda da gestão pública de bens de interesse público, explicando que, quando eram construídos e geridos por privados, a prática comum era a obtenção de lucro e não o bem-estar de quem os utilizava.

Perguntou, também se o município não perdia alguma autonomia naquilo que se referia à tomada de decisões que iriam interessar aos munícipes. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos solicitados: -----

- Afirmou que a avaliação iria ser efectuada por um perito oficial, como mencionava o documento entregue. -----

- Prestou um breve esclarecimento sobre o que se solicitava à Assembleia, e que constava no documento distribuído. -----

- Informou que a questão da gestão ainda não estava resolvida, mas que não tinham intenção de passar a gestão, de pelo menos a maioria, dos equipamentos para os privados, admitindo que apenas o mercado (mesmo não havendo ainda nada definido) seria gerido por privados, não propriamente o mercado em si, mas a fracção mercado. -----

-----Explicou que a inclusão da exploração na parceria iria trazer custos superiores, uma vez que iria trazer mais incertezas para o privado, dando como exemplo os parques cobertos de estacionamento existentes na cidade, que, atendendo ao preço praticado deveriam ter muita aderência o que, na realidade, não acontecia.-----

-----Quanto ao valor global na ordem dos trinta milhões de euros, que era um contrato de longo curso, mas que face à disponibilidade e saúde financeira não ia colocar em causa a gestão nem a realização de outros projectos. Afirmou, também, que os projectos contidos na proposta em discussão eram, na sua opinião, prioritários e queriam aproveitar a possibilidade de ainda se poder efectuar estas parcerias, uma vez que o novo orçamento de estado poderia alterar a legislação no sentido de acabar com as parcerias. -----

-----Terminados os esclarecimentos, tomou a palavra **Miguel Summavielle** para dizer que parte dos esclarecimentos deveriam fazer parte da informação que lhes tinha sido entregue. -----

-----Quanto ao valor (trinta milhões) afirmou que era um valor muito baixo, atendendo a que, só a piscina, de acordo com a documentação apresentada, iria custar mais de dez milhões de euros, afirmando que o valor fornecido pelo Presidente da Câmara era um valor muito simpático. -----

-----Afirmou que para decidir em consciência seria relevante terem a avaliação do património do município, uma vez que assim teriam uma ideia concreta de qual seria o peso da factura anual, final e definitiva. -----

-----Fez ainda um comentário relativo ao Cine-Teatro e ao facto da área circundante ao mesmo ser área protegida, atendendo ao facto do imóvel ser classificado de interesse municipal. Porém e atendendo à prática comum do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), afirmou que se iam cometendo alguns atentados nas zonas envolventes a imóveis classificados. Nestes termos, afirmou que, era seu entendimento, que a Câmara deveria ter promovido a elaboração de um plano, que permitisse aos titulares dos imóveis circundantes pensassem na possibilidade da sua recuperação de uma forma concreta. -----

-----Quanto ao comentário do Presidente da Câmara relativo à Carta Educativa, nomeadamente, que a mesma era evolutiva, disse que Fafe tinha sido um dos primeiros Municípios a elaborá-la, mas que tinha visto concursos para centros escolares na maioria dos municípios e ainda não tinha visto o de Fafe. -----

-----Seguidamente, usou da palavra **Francisco Lemos** para dizer que relativamente às parcerias e ao valor adiantado (trinta milhões), seria natural que após o concurso o valor aumentasse, uma vez que estava considerada a manutenção e conservação e que o valor adiantado era apenas para a construção, o que, na sua opinião como engenheiro civil, bastaria. -----

-----Por fim, tomou, novamente, a palavra o **Presidente da Câmara**, que agradecendo o esclarecimento prestado por Francisco Lemos, confirmou que de facto o valor mencionado era apenas para a construção. -----

-----Sobre o assunto relacionado com o valor do direito de superfície afirmou que ainda viria a apreciação da Assembleia Municipal, bem como o restante processo que também seria objecto de apreciação da Assembleia nas várias fases. -----

-----Quanto ao Cine-Teatro e crendo que Miguel Summavielle estaria a falar da elaboração de um plano de pormenor, afirmou que não havia necessidade, uma vez que quer no caso do Cine-Teatro quer no caso da Casa do Santo Velho, existia um perímetro de protecção definido em lei, logo os imóveis

dentro desse perímetro só poderiam ser alteradas desde que o IPPAR aprovasse. -----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovada, por maioria, com seis votos contra e oito abstenções.** -----

-----Passou-se para o **ponto dois ponto seis – *Discussão Pública do Projecto de Adaptação do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas ao Novo Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.***

– Como ninguém se quis pronunciar, foi colocada a votação, **sendo aprovada, por maioria, com cinco abstenções.** -----

----- Esgotada, assim, a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa perguntou aos Membros da Assembleia se pretendiam fazer alguma alteração ao texto da acta da sessão anterior. Como ninguém se pronunciou, foi dada a palavra ao público. Não havendo qualquer intervenção, foi colocada a votação **a acta em minuta da presente sessão que foi aprovada, por unanimidade.**

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão quando eram vinte e quatro horas. -----

-----E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente acta que, nos termos do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco barra A dois mil e dois de onze de Janeiro, será assinada pelos Membros da Mesa.---